

Novas pressões de instituições internacionais

Desde que o presidente José Sarney anunciou a firme decisão de seu governo de não aceitar os programas de ajustamento desenvolvidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o País tem conseguido consideráveis resultados em sua economia. Seu Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, no ano passado, 8,3% em relação a 1984 e deverá expandir-se, em 1986, em torno de 7%. A taxa de desemprego caiu de 6,46% em março do ano passado para 4,4% em idêntico período deste ano. O setor industrial deverá crescer perto de 9% em 1986.

Em contrapartida, no âmbito internacional, se considerarmos como um marco significativo o anúncio do Plano Baker, pelos Estados Unidos, na reunião do FMI em Seul, no ano passado, constatamos que, depois dele, não houve nenhum progresso nas iniciativas em favor da redução do déficit externo nem se restabeleceu o fluxo líquido de recursos para as nações do Terceiro Mundo. Como foi observado recentemente, em relatório do Banco Internacional para

Compensações (BIS), a queda da inflação agora observada nos países industrializados é devida, principalmente, à redução dos preços do óleo cru e de outras "commodities".

Não é, todavia, apenas pela má remuneração dos produtos básicos que as nações mais ricas superam as dificuldades estruturais de suas economias. O Brasil concede anualmente 1% de seu PIB aos países credores, devido ao pagamento do serviço de sua dívida externa. Não obstante mantenha, desde 1984, sucessivos saldos em sua balança comercial — da ordem de US\$ 10 bilhões —, arcar com esse ônus não deixa de ser uma pesada transferência de recursos para o exterior.

Na verdade, o País desenvolveu considerável esforço de ajustamento de sua economia, entre 1981 e 1983, quando a ampliação de suas exportações foi limitada tanto pela recessão nos países industrializados quanto pelo colapso dos mercados do Terceiro Mundo. A partir de 1982 as importa-

cões tiveram de ser contidas, principalmente as compras de petróleo no exterior. E o superávit da balança comercial registrado em 1984 foi devido tanto à expansão das exportações quanto à substituição das importações.

No entanto, persiste a exigência, feita pelos países industrializados, de que as nações devedoras se sujeitem às normas do FMI para que possam voltar a receber empréstimos bancários, sem considerar as dificuldades políticas inerentes à adoção desses ajustes. Neste momento, as mais ricas utilizam a votação de dois empréstimos de US\$ 500 milhões do Banco Mundial (BIRD) ao Brasil como mais uma oportunidade para pressionar o País a alterar a opção já estabelecida. Merece especial registro a posição defendida pelo diretor executivo japonês do BIRD, Kenji Yamagushi. Embora ele afirme ter sido informado de que a aplicação do programa do FMI no Brasil não alcançou bons resultados, conclui que recorrer ao Fundo "ainda é a regra".

Recentemente, na rodada de

negociações com o Clube de Paris, prevaleceu a posição dos governos dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental sobre a opinião dos demais membros. Em decorrência, não foi aceita a proposta brasileira de pagar todos os juros que vencem a partir de 31 de maio, além de 15% do principal, em um prazo de quinze anos, com cinco de carência. O Clube de Paris preferiu manter a exigência de um ajustamento às "regras" do FMI.

Melhor seria, para todos os interessados, que essas normas sofrerem uma revisão, para que fossem adequadas às circunstâncias atuais. Por mais convencional que uma entidade possa ser, certamente não desconhece que o ajustamento apenas formal a determinado procedimento não é garantia de que uma política econômica possa ser executada. Não faltam exemplos de resultados negativos alcançados pelo FMI em todo o mundo. Não basta que uma "regra" exista. É preciso que seja capaz de levar os que a observam a bons resultados.